

**Og Fernandes**

**Frederico Augusto Leopoldino Koehler**

**Jacqueline Paiva Rufino**

**Silvano José Gomes Flumignan**

# **LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

**Principais alterações da Lei 14.230/2021  
e o impacto na jurisprudência do STJ**

**2024**



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa:** Maitê Coelho

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

K771 Koehler, Frederico Augusto Leopoldino  
Lei de Improbidade Administrativa - Principais Alterações da Lei n.º  
14230/2021 e o Impacto na Jurisprudência do STJ / Frederico Augusto  
Leopoldino Koehler... [et. al.] – 2.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora  
JusPodivm, 2024.  
400 p.

Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-442-4925-3.

1. Direito Administrativo. 2. Improbidade Administrativa. I. Koehler,  
Frederico Augusto Leopoldino. II. Fernandes, O. III. Rufino, Jacqueline Paiva.  
IV. Flumignan, Silvano José Gomes. V. Título.

CDD 341.3

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL  
Ana Carolina Ribeiro Moís – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1.ª ed., 2.ª tir.: ago./2024.

# SUMÁRIO

<b>ORIGEM DA LEI DE IMPROBIDADE .....</b>	<b>29</b>
---	-----------

## CAPÍTULO I

<b>ALTERAÇÕES PROCESSUAIS E PRÉ-PROCESSUAIS ...</b>	<b>33</b>
1. Inquérito civil e procedimento investigativo assemelhado .....	33
2. Legitimidade ativa na Lei de Improbidade .....	39
2.1. Legitimidade da Fazenda Pública para postular o ressarcimento após a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	42
3. Conversão em Ação Civil Pública.....	48
4. Processo individual (processo punitivo não penal).....	50
5. Citação .....	52
6. Petição inicial.....	54
7. Revelia.....	55
8. Indisponibilidade dos bens.....	56
9. Remessa necessária .....	61
10. Sucumbência.....	66
11. Absolução penal .....	68
12. Aspectos probatórios .....	69

13. Acordo de colaboração (delação premiada) e ação de improbidade. Uma análise do tema 1.043/STF .....	71
14. Litisconsórcio.....	72
15. Vinculação da capitulação e princípio da congruência ...	74
16. Competência.....	77
17. Impacto da relevância da questão federal trazida pela EC nº 125/2022 .....	82

## CAPÍTULO II

<b>ALTERAÇÕES MATERIAIS .....</b>	<b>87</b>
1. Definição de improbidade.....	87
2. Direito sancionador .....	89
3. Dolo.....	93
4. Acordo de não persecução civil.....	96
5. Agentes públicos.....	101
6. Condutas de improbidade administrativa .....	105
6.1. Improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.....	106
6.2. Improbidade administrativa por lesão ao erário....	108
6.3. Improbidade administrativa por violação de princípios.....	111
7. Responsabilidade dos herdeiros e sucessores.....	117
8. Prescrição .....	119
9. Obrigatoriedade de defesa judicial pelo parecerista.....	135

## CAPÍTULO III

<b>NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ .....</b>	<b>137</b>
--	------------

1.	Agentes políticos e crimes de responsabilidade .....	137
2.	Agentes políticos municipais .....	142
3.	Pena de demissão .....	145
4.	Citação .....	150
5.	Superação do dolo genérico para o dolo específico .....	153
6.	Ajuizamento em face do particular .....	156
7.	Adequação das sanções .....	158
8.	Indisponibilidade dos bens .....	162
8.1.	Natureza jurídica da decisão de indisponibilidade .....	163
8.2.	Indisponibilidade e as condutas de improbidade por violação de princípios .....	168
8.3.	Indisponibilidade de bens e apontamento de prejuízos concretos .....	173
8.4.	Indisponibilidade de bens e prévia oitiva do réu....	176
8.5.	Impossibilidade de levar em conta o valor da multa para a indisponibilidade de bens .....	178
8.6.	Indisponibilidade e o tema 1.213/STJ: solidariedade e a decretação de indisponibilidade .....	181
9.	Termo inicial de contagem da prescrição .....	185
10.	Princípio da congruência .....	190
11.	Vedação à indenização por danos morais coletivos.....	192
12.	Responsabilidade do parecerista .....	195

---

## CAPÍTULO IV

---

<b>MANUTENÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....</b>	<b>199</b>	
1.	Processamento pelas instâncias ordinárias .....	200
2.	Possibilidade de quebra de sigilo.....	202
3.	Prova emprestada.....	207
4.	Inexistência de obrigatoriedade de pena cumulativa ...	210

5.	Legitimidade do Ministério Público para postular ressarcimento de dano ao erário .....	212
6.	Legitimidade do Ministério Público Estadual perante o STJ .....	216
7.	Ausência de notificação não implica necessariamente nulidade.....	218
8.	Identidade de termos iniciais de prescrição para particulares e agentes públicos.....	222
9.	Possibilidade de ressarcimento ao erário mesmo com a prescrição da pretensão para as demais sanções.....	225
10.	Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.....	230
11.	Regime único de prescrição para particulares e agentes públicos.....	233
12.	Possibilidade de prosseguimento de ação de improbidade em face de particular.....	236
13.	Legitimidade passiva por sucessão.....	238
14.	Possibilidade de decretação de indisponibilidade de bens sobre ativos financeiros.....	240
15.	Princípio da reparação integral no ressarcimento ao erário .....	241
16.	Medidas atípicas no cumprimento de sentença.....	244
17.	Competência da Justiça Federal ou Estadual.....	246
18.	Estagiário como agente público para a Lei de Improbidade.....	249
19.	Dirigente de entidades do sistema “S” como agente público para a finalidade de improbidade.....	251
20.	Legitimidade ativa.....	255

## CAPÍTULO V

<b>APLICAÇÃO RETROATIVA – DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS .....</b>	<b>257</b>
1. Retroatividade do direito sancionador benéfico.....	257

1.1.	Exemplos de julgados pela aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador.....	263
1.2.	Exemplo de julgado pelo afastamento da aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador.....	265
2.	Fato novo e prequestionamento.....	267
2.1.	Exemplos de julgados da Primeira Turma de Direito Público.....	271
2.2.	Exemplos de julgados da Segunda Turma de Direito Público.....	272
2.3.	Exemplos de julgados das Turmas de Direito Privado.....	274
3.	O debate trazido pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e a análise do Tema 1.199.....	275
3.1.	ARE 1.350.900/SP.....	275
3.2.	ARE 1.351.472/SP.....	277
3.3.	Tema 1.199 – análise do ARE 843.989/PR.....	278
3.3.1.	Histórico do caso.....	278
3.3.2.	Decisão de suspensão.....	281
3.3.3.	Consequências da suspensão no âmbito do STJ.....	282
3.3.4.	Crítica à afetação genérica por Repercussão Geral.....	287
3.3.5.	Comentários sobre o parecer do MPF no Tema 1.199/STF.....	292

---

## CAPÍTULO VI

---

<b>JULGAMENTOS DO STF SOBRE A NOVA LIA .....</b>	<b>297</b>
1. Julgamento das ADIs 7.042 e 7.043/STF.....	297
2. Julgamento do Tema 1.199/STF (ARE 843.989/PR).....	300

2.1.	Resultado do julgamento .....	300
2.2.	O livro está de acordo com o entendimento adotado pelo STF.....	303
2.3.	Delimitação do Tema .....	306
2.4.	Prescrição .....	308
2.5.	Dolo .....	311
2.6.	Análise crítica da problemática do prequestionamento e do tema 181/STF.....	315
2.7.	Entendimento restritivo do Tema 1.199/RG no âmbito do STJ .....	318
2.8.	Entendimento ampliativo do Tema 1.199/RG no âmbito do STF .....	321
3.	As ADIs 7.236 e 7.237/STF .....	322

## CAPÍTULO VII

<b>QUADROS DAS SANÇÕES .....</b>	<b>327</b>
----------------------------------	------------

## CAPÍTULO VII

<b>QUADRO COMPARATIVO .....</b>	<b>335</b>
---------------------------------	------------

<b>TRABALHOS CONSULTADOS.....</b>	<b>395</b>
-----------------------------------	------------